

FRAUDE NO SENADO

Advogados tentarão aprovar voto em separado na próxima quarta-feira para evitar a cassação

ACM negocia cassação por suspensão

BRASÍLIA – Descente do sucesso de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Antonio Carlos Magalhães tenta convencer os integrantes do Conselho de Ética de que a suspensão de seu mandato é uma medida inédita e forte o suficiente para puni-lo por seu envolvimento com a fraude do painel do Senado. Advogados do pefe-lista baiano elaboraram um texto para voto em separado na tentativa de substituir o documento do senador Saturnino Braga, na reunião do Conselho de Ética da próxima quarta-feira.

O período de suspensão a que se propõe ACM ainda seria negociado. "Acho muito uma suspensão de 90 dias. Vamos ver. Primeiro, luto para que não haja nada", declarou o senador ontem. Lideranças pefe-listas já chegaram a falar em uma suspensão de 180 dias, mas a defesa do baiano aceita no máximo 120 dias.

Há três dias, ACM se reúne com seus advogados para discutir o pedido de voto em separado. Os carlistas conservam em segredo qual será exatamente a alternativa ao pedido de abertura de processo de cassação. É certo que proporá mudar a pena de cassação para suspensão. O voto em separado tentará desmontar os argumentos do relatório de Saturnino. Insistirá em que nenhuma das versões apresentadas por ACM, Arruda e Regina Borges comprovou-se a participação do senador na violação do painel.

Formalmente o ex-presidente do Senado ainda não desistiu de recorrer ao STF. "O voto em separado está sendo trabalhado. Não descarto ir ao STF. Não é provável, mas também não é impossível", declarou. Mas seus advogados são mais assertivos na recusa.

"O STF seria uma loteria", diz Luiz Vicente Cernicchiaro.

O trio de defensores do pefe-lista, Cernicchiaro, Márcio Thomaz Bastos e Arthur Castilho, vai concentrar-se em três pontos específicos. Eles vão criticar com base em argumentos técnicos o relatório de Saturnino; combaterão o voto aberto na decisão do início ou não do processo de cassação e tentarão mostrar que, juridicamente, não houve quebra de decoro parlamentar. A defesa vai entregar um texto para cada um dos membros do Conselho de Ética nos próximos dias.

Cernicchiaro sustenta que não houve quebra de decoro parlamentar porque a guarda do sigilo do painel não diz respeito à função de senador. A responsabilidade seria dos funcionários administrativos, ou seja, do Processamento de Dados do Senado (Prodasen), do qual Regina Borges era diretora. "O senador Antonio Carlos não cometeu nenhuma transgressão, portanto, não há ilícito. Logo, não há quebra de decoro", raciocina. A defesa insistirá em que não existe falta ao regimento interno do Senado nem quebra de decoro. Os advogados foram surpreendidos pelo relatório de Saturnino, nem tanto pelo pedido de abertura de processo de cassação, mas pelo tom "peremptório e assertivo" do texto.

Ontem, ACM respondeu com um desafogo às pizzas enviadas por integrantes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PN-BE) ao Congresso. "Vou devolver para a mãe deles", disse.

O senador voltou a negar a possibilidade de abrir mão de seu mandato para escapar da cassação. "Não encaro o problema da renúncia porque não encaro perder."



Os senadores Antonio Carlos Magalhães e Waldeck Ornelas